

PREFEITURA

MUNICIPAL

DE

JOSENÓPOLIS

Estado de Minas Gerais

Rua Santos Pestana, nº 20 - centro - CEP: 39.575-000 - Josenópolis.

Fone: (38) 3736-9048- E-mail: prefeituramj@yahoo.com.br

DECRETO Nº 083, DE 01/02/2021

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOSENÓPOLIS

Certifico que foi publicado no Quadro de Avisos da Prefeitura Municipal o (a) presente

Decreto Comissão Avaliadora em

04/02/2021

Josenópolis-MG, 04/02/2021

Responsável

INSTITUI A COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DE BENS IMÓVEIS NA FORMA QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Josenópolis, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto no art. 85, XX, da Lei Orgânica Municipal, e demais disposições legais,

DECRETA:

Art. 1º. Fica criada a Comissão de Avaliação de Bens Imóveis, órgão consultivo e deliberativo, de assessoramento ao Poder Executivo Municipal, que terá as atribuições constantes neste Decreto.

Art. 2º. A Comissão será composta por 03(três) membros, entre representantes da Secretaria Municipal de Fazenda, Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos e Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

§ 1º. Preferencialmente, a Comissão terá um integrante da secretaria ou do departamento mencionado no caput deste artigo.

§ 2º. A Comissão deverá ser composta de no mínimo 02(dois) servidores ocupantes de cargos efetivos.

Art. 3º. São atribuições da Comissão de Avaliação de Bens Imóveis:

I- Avaliar os imóveis pertencentes ao patrimônio público municipal, passíveis de vendas, doação, permuta, dação em pagamento, ou outra forma de alienação;

II- Avaliar imóveis para fins de desapropriação, recebimento em doação, permuta, comodato, locação, ou outras formas de aquisição de bens;



PREFEITURA

MUNICIPAL

DE

JOSENOPOLIS

Estado de Minas Gerais

Rua Santos Pestana, nº 20 – centro – CEP: 39.575-000 – Josemópolis.

Fone: (38) 3736-9048- E-mail: prefeituramj@yahoo.com.br

III- Reavaliar bens imóveis objeto de processos de desapropriação ainda não liquidados;

IV- Sugerir medidas, com os subsídios necessários, para a apreciação do prefeito municipal, inclusive sobre a contratação de perícias ou laudos que entenderem necessários;

V- Avaliar imóveis urbanos e rurais quando do questionamento administrativo do valor do Imposto de Transmissão de Bens e Imóveis- ITBI;

VI- Assessorar sempre que necessário o Prefeito Municipal;

Art. 4º. Os laudos de avaliação deverão ser elaborados de acordo com as diretrizes da NBR14653 da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT.

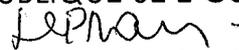
Parágrafo Único: A Comissão poderá solicitar contratação de peritos externos nos casos em que a complexidade da avaliação assim o requeira, utilizando os laudos contratados para a composição da avaliação.

Art. 5º. Os laudos de avaliação e demais documentos serão elaborados e assinados por todos os membros da comissão.

Art.6º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Josemópolis Leite(MG), 01 de fevereiro de 2021.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.


Daniel Patrick Ribeiro Queiroz
Prefeito Municipal